

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LETRAS / PORTUGUÊS

RAFAELA MARTINS DE SOUZA

**“CERTO” OU “ERRADO”: O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A
PERPETUAÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Delmiro Gouveia - AL

2019

RAFAELA MARTINS DE SOUZA

**“CERTO” OU “ERRADO”: O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A
PERPETUAÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Letras-Português, sob a orientação da professora Mestre Aline dos Santos, apresentado à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Letras-Português.

Delmiro Gouveia - AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

S729c Souza, Rafaela Martins de

“Certo” ou “errado”: o ensino da variação linguística e a perpetuação do preconceito linguístico nos livros didáticos de língua portuguesa / Rafaela Martins de Souza. – 2019.

47 f. : il.

Orientação: Profa. Ma. Aline dos Santos.

Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Língua portuguesa. 2. Livro didático. 3. Ensino e aprendizagem. 4. Preconceito linguístico. 5. Sociolinguística. I. Título.

CDU: 81'27

Folha de Aprovação

RAFAELA MARTINS DE SOUZA

**"CERTO" OU "ERRADO": O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A
PERPETUAÇÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido a Banca Examinadora do
curso de Letras-Português da
Universidade Federal de
Alagoas/Campus do Sertão.

Aprovada em 11 / 04 / 2019.

Banca Examinadora:

Aline dos Santos

Profª. Me. Aline dos Santos – Orientadora

Fabia Pereira da Silva

Profª. Drª. Fabia Pereira da Silva – Examinadora Interna

Samuel Barbosa Silva

Prof. Me. Samuel Barbosa Silva – Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, que me deu a vida e iluminou o meu caminho durante esta caminhada e permitiu que este sonho se tornasse realidade.

Agradeço aos meus pais, Maria Sônia Martins de Souza e Arlindo Martins de Souza, em especial à minha mãe, pois ela sempre esteve ao meu lado nessa longa jornada me dando forças e torcendo para a concretização do meu sonho.

A minha orientadora Aline, pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram que eu realizasse este trabalho.

A minha família que sempre esteve do meu lado nos momentos mais difíceis.

Aos meus irmãos, Alaércio e Aline, que sempre me motivaram a seguir em frente e não ter medo dos obstáculos.

Ao meu namorado Admilson, pela paciência, carinho durante a realização deste trabalho e pela compreensão e incentivo nas minhas escolhas.

Aos meus colegas e amigos do curso de Letras: Thainá, Jeferson, Herlanne, Ailton, Geovane, Rakel, Maria Valéria e Maria José, pelo incentivo, pelo apoio constante, obrigada por todos os momentos bons que passamos juntos.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, aos que sempre acreditaram em mim e me apoiaram durante esses anos de estudo e dedicação, o meu muito obrigado!

RESUMO

Tendo em vista que vivemos em uma sociedade preconceituosa, que é conservadora, tratar de discussões na interface da linguagem na educação não é tarefa fácil para os docentes. Pensando nisso, e acreditando ser necessário e urgente tal discussão, a fim de problematizar o ensino da linguagem, tomo como corpus nessa pesquisa atividades de livros didáticos de Língua Portuguesa, com objetivo de compreender a variação linguística e como os livros didáticos acabam reproduzindo o preconceito linguístico. Como metodologia para análise, utilizamos as atividades propostas nos livros didáticos, embasado na perspectiva da sociolinguística. O trabalho está inserido no campo da Linguística, e justifica-se relevante no sentido de compreender que não há apenas uma única forma de escrever e falar, a língua portuguesa, pois, essa possui muitas variedades. Percebemos a importância da desconstrução do preconceito linguístico, que não são apenas referentes as questões linguísticas, mas também sociais, mostrar a importância que todo falante nativo domina sua língua perfeitamente. Por sua vez, a escola deve observar que é necessário conhecer a realidade sociolinguística no contexto escolar, assim ampliar os conhecimentos linguísticos dos alunos e não discriminar ou colocar rótulos de que nada sabem de sua própria língua. Esse estudo contribui no sentido de dá visibilidade as diversas variedades linguísticas utilizadas pelos falantes da língua portuguesa. Para tal, tomo como fundamentação teórica autores como: Antunes (2012); Bagno (1999); Bortoni-Ricardo (2004) etc.

Palavras-chave: preconceito; ensino; preconceito linguístico; variação linguística; livro didático; sociolinguística.

ABSTRACT

Given that we live in a conservative, prejudiced society, dealing with discussions at the interface of language in education is not an easy task for teachers. Thinking about this, and believing that such a discussion is necessary and urgent, in order to problematize the teaching of language, I take as corpus in this research activities of textbooks of Portuguese Language, aiming to understand the linguistic variation and how the textbooks end up reproducing the linguistic prejudice. As a methodology for analysis, we use the activities proposed in textbooks, based on the perspective of sociolinguistics. The work is inserted in the field of Linguistics, and is justified in the sense of understanding that there is not only a single form of writing and speaking, the Portuguese language, since it has many varieties. We see the importance of the deconstruction of linguistic prejudice, which is not only about linguistic but also social issues, to show the importance that every native speaker dominates his language perfectly. In turn, the school must observe that it is necessary to know the sociolinguistic reality in the school context, thus increasing the students' linguistic knowledge and not discriminating or putting labels that do not know anything of their own language. This study contributes to the visibility of the different linguistic varieties used by Portuguese speakers. For this, I take as theoretical foundation authors such as: Antunes (2012); Bagno (1999); Bortoni-Ricardo (2004) etc.

Keywords: prejudice; teaching; linguistic prejudice; linguistic variation; textbook; sociolinguistics.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01 - INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 02 - O QUE É PRECONCEITO E O QUE SE ENTENDE POR PRECONCEITO?.....	11
2.1. O preconceito linguístico de forma mais ampla.....	12
2.2. Formas de prevenir / amenizar o preconceito linguístico na escola.....	17
2.3. O papel da escola na desmistificação do preconceito linguístico.....	22
CAPÍTULO 03 - ENSINO DA GRAMÁTICA: REFLETINDO A PRÁTICA ESCOLAR.....	26
3.1. Gramática normativa: um caminho para o preconceito linguístico.....	29
3.2. Sociolinguística Educacional.....	31
CAPÍTULO 04 - O LIVRO DIDÁTICO E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	35
4.1. Análise e discussão: o preconceito linguístico na proposta do livro didático.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	46

CAPÍTULO 01 INTRODUÇÃO

O Preconceito Linguístico é uma realidade constante na sociedade brasileira, isso também reflete nas escolas onde os sujeitos iniciam o seu aprendizado para a vida.

Percebemos que os sujeitos que não estão dentro de um compêndio social privilegiado que fazem uso da variedade popular são, muitas vezes, discriminados e taxados como pessoas que falam tudo errado e que não sabem português, acarretando o chamado preconceito linguístico.

Esta pesquisa trata-se de mostrar a importância de abordar o processo de variação linguística dentro das salas de aula de Língua Portuguesa, com o intuito de mostrar que há, entre os falantes da língua, o preconceito linguístico, buscando refletir uma nova visão de como agir, por exemplo, frente a uma situação em que o aluno pronuncie uma variedade considerada não padrão e o educador tenha que ensinar a língua de prestígio, sem que haja constrangimento nem prejuízo ao aluno quanto a sua aprendizagem.

Este estudo sustenta uma discussão a respeito das possibilidades reais e não ideais de uma conscientização sobre a existência do preconceito linguístico na sociedade, e as chances de se reverter essa situação por meio do trabalho reflexivo com a língua materna no contexto escolar. Dessa forma, esse trabalho visa mostrar a sociedade que existem fundamentos para o preconceito linguístico, e que devemos combater essa prática.

O objetivo da pesquisa é discutir e refletir o trabalho com a língua materna em sala de aula. Fazemos uma reflexão crítica sobre o preconceito linguístico, compreendendo as diferenças existentes na língua, discutindo a prática pedagógica do ensino de língua portuguesa na educação básica, e também refletimos propostas significativas para se trabalhar com a língua materna.

Esse estudo justifica-se como relevante a partir de questionamentos a respeito das razões de haver entre alunos e professores, tantos discursos que conotam um sentimento de inferioridade com à língua que falam, e também à língua que os outros falam, uma visão de que não sabem a própria língua materna.

A problematização do nosso ensino de Língua Portuguesa já vem sendo discutida há mais de 40 anos, e nos dias atuais é uma reflexão ressignificada que está ganhando visibilidade, graças aos novos métodos de estudos já propostos no âmbito da academia. Assim, a pesquisa sustenta algumas possibilidades sobre as chances de se reverter o

preconceito linguístico por meio da escola, proporcionando um conhecimento “novo” da língua e suas variedades linguísticas.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, alguns autores foram de suma importância para fundamentar as discussões aqui propostas. Os principais autores que embasaram esta pesquisa foram: Marcos Bagno (1999); Bortoni-Ricardo (2004); Irlandé Antunes (2012); Labov (1983).

Quanto à estrutura, o trabalho foi dividido além dessa Introdução em duas partes teóricas, e a terceira parte a análise do material didático. A primeira, aborda a questão do preconceito de modo geral, focando especificadamente no preconceito da fala e da escrita, exemplificando o preconceito linguístico na escola e discutindo formas de prevenir ou amenizar o preconceito linguístico no âmbito educacional.

Já na segunda parte, discorreremos acerca do ensino da gramática refletindo a prática tradicional de ensino sendo um caminho para o preconceito linguístico, e o papel da escola na desmistificação do preconceito linguístico tendo como principal possibilidade a sociolinguística.

Noutra parte, discutimos acerca do livro didático, a variação linguística e como os livros didáticos acabam reproduzindo o preconceito linguístico, apresentamos a metodologia utilizada e realizamos a análise dos dados.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos, mais uma vez, a relevância de tal pesquisa. Portanto, com as discussões e reflexões desta temática, espera-se contribuir para melhorar a qualidade do ensino da língua portuguesa, e apresentar uma importância de conhecer as diferentes variantes linguísticas dentro e fora do ambiente escolar, podendo amenizar o preconceito linguístico.

CAPÍTULO 02

O QUE É PRECONCEITO E O QUE SE ENTENDE POR PRECONCEITO?

No dicionário da Língua Portuguesa, a palavra preconceito é entendida como uma ideia preconcebida, em geral sem fundamento, uma intolerância a outras raças, religiões, etc. Assim, o preconceito é caracterizado como um agrupamento de crenças, posicionamentos e comportamentos negativos concedido a sujeitos de determinados grupos sociais.

O preconceito é compreendido como um meio de se defender, julgar ou criticar a pessoa ou de quando o diferente é entendido como errado, ou estranho. De acordo com Marcos Bagno (1999):

Parece haver cada vez mais, nos dias de hoje, uma forte tendência a lutar contra as mais variadas formas de preconceito, a mostrar que eles não têm nenhum fundamento racional, nenhuma justificativa, e que são apenas o resultado da ignorância, da intolerância ou da manipulação ideológica (BAGNO, 1999, p.13).

O preconceito, surge sem nenhum fundamento consistente, chegando à discriminação do indivíduo, que vítima desse processo se coloca as margens da sociedade.

Pode-se caracterizar o preconceito como uma atitude agressiva ou negativa para com um determinado grupo, baseada em simplificações deformadas ou incompletas, sem fundamentos. Essa simplificação está associada a “estereótipo”, e está ligado a atribuição de características pessoais ou motivos similares a qualquer pessoa de um grupo, independentemente da diversidade individual contida entre os sujeitos deste grupo.

Os estereótipos são ao mesmo tempo o motivo e a consequência do preconceito e, ambos, por conseguinte, geram discriminação. O preconceito é visto como reprodutor mais eficaz da discriminação e de exclusão.

A discriminação está associada desde o tratamento diferenciado, passando por atitudes de desprezo, antipatias, podendo chegar ou não a atos de agressividade. Dessa maneira, o preconceito é entendido como uma forma desnecessária de agir e pensar, exercendo uma forma de controle social entre o sujeito e outro, ou então o grupo. Assim, destaca-se traços de inferioridades, baseados em argumentos sem fundamentos com o comportamento real das pessoas que são instrumentos da discriminação.

As consequências da exclusão social no Brasil estão interligadas aos preconceitos devido à cor, a sexualidade, à religião, à raça, ao gênero, à classe social, considerando a questão financeira como um argumento para o alto índice de exclusão da sociedade.

O preconceito estabelece um mecanismo eficaz e atuante, podendo atuar em todas as áreas da vida, inclusive na fala das pessoas, um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira: o preconceito linguístico.

Dessa forma, o sujeito que sofre um dos preconceitos citados acima ao chegar à escola é discriminado, excluído. Temos como principal foco em nosso trabalho de pesquisa a desmitificação do preconceito linguístico, a crença de que “só quem sabe falar e escrever bem é quem sabe gramática”, no capítulo posterior, abordamos aspectos sobre o preconceito linguístico na escola e meios de desmitificar essa crença enraizada na nossa sociedade.

2.1. O preconceito linguístico de forma mais ampla

O Brasil, no seu contexto social, tornar-se explícito o emprego da palavra preconceito diante de alguns outros termos, especificando as múltiplas manifestações do preconceito entre os seres humanos. Podemos ouvir e presenciar, com certa frequência, práticas de preconceito social, devido à cor, à raça, à religião, as questões sexuais e de gêneros, as classes sociais, preconceito físico, até mesmo a região que o indivíduo pertence, principalmente, se pertencer à região Nordeste. Isso ocorre por ser uma região pobre, ter um alto índice de analfabetismo e por várias pessoas terem migrado para outras regiões, como Sudeste, a procura de uma melhor qualidade de vida. Tudo que é diferente é discriminado, partindo da ideia do que é diferente não merece o devido respeito. Dentre esses preconceitos, podemos citar outra modalidade, a do Preconceito Linguístico, que acaba por ser igual aos outros preconceitos existentes.

O Preconceito Linguístico é gerado pelas diferenças linguísticas existentes no mesmo idioma. Como dito no livro *O Preconceito Linguístico* de Marcos Bagno, o qual cita:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua (BAGNO, 1999, p. 9).

Bagno deixa claro para os falantes da Língua Portuguesa, que há várias formas de se falar a nossa língua materna. Quando nos referimos ao contexto escolar, lugar no qual notam-se mais práticas do preconceito linguístico, por comportar alunos de todos os estilos, lugares, culturas, raças, etc. Nessa perspectiva, quando falamos em Língua Portuguesa ou qualquer outra língua, estamos nos referindo de um termo formado de muitas variedades, conforme proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa.

Assim, quando se fala em ‘Língua Portuguesa’ está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] (BRASIL, 1998, p.29).

As orientações oficiais para o ensino de português nas escolas, já propõem o reconhecimento e o respeito às variedades linguísticas. Porém, essas orientações não estão sendo devidamente colocadas em prática. O que presenciamos é a variação e a diversidade permanecendo estereotipadas e o preconceito linguístico perpetuando-se sob o mito de que existe uma única norma.

Segundo Labov (1983), a variação existe em todas as línguas humanas, é inerente ao sistema linguístico, ocorre na fala de uma comunidade e, inclusive, na fala de uma mesma pessoa, ou seja, em todas as línguas do mundo existe um fenômeno chamado “variação”, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico. Dessa forma, a variação da língua sempre existiu, porém ainda existe um desconhecimento da escola em relação às múltiplas possibilidades da língua existentes no Brasil, tenta-se ainda trabalhar a língua como se esta fosse se fosse um sistema homogêneo, puro, estático, ou seja, que não sofre mudanças.

De acordo com Bagno (2007), toda língua muda com o tempo:

A língua de ontem não é a de hoje, e a de hoje não será a de amanhã: “Tudo o que se vê [e se fala e se ouve e se lê] não é igual ao que a gente viu [e falou e ouviu e leu] há um segundo”. Por isso, como também diz a canção, “não adianta fugir nem mentir pra si mesmo” – a mudança é inevitável, irrefreável, e o melhor mesmo é aceitá-la, compreender seus mecanismos e aprender a lidar serenamente com ela (BAGNO, 2007, p.164).

A língua é heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. O Brasil é um país que possui como principal característica uma imensa diversidade linguística, levando em consideração suas diversas regiões e mútuas diferenças nas questões de uso, notando assim diversas “línguas” inseridas em um único sistema linguístico.

A possibilidade de língua adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento do governo brasileiro que orienta o ensino de língua portuguesa na Educação Básica, concebe a língua como uma realidade dinâmica que se dá nas situações reais de uso. No contexto escolar, o ensino da língua ainda é pautado nos moldes tradicionais de ensino, na norma prescritiva mantendo como foco a reprodução do “português correto”, no “português do bom uso”, a língua vista como algo “artificial”, pois não corresponde àquilo que é realmente a língua, esta norma ainda domina as aulas de português nas escolas brasileiras. Dessa forma, a escola por considerar apenas o uso correto da língua, aquele de acordo com a

Gramática Normativa, acaba esquecendo de abordar sobre a variação linguística e o conhecimento que o aluno tem da sua própria língua.

A norma padrão é a única que vem carregada de inúmeros preconceitos, pois é tratada como a única e verdadeira variedade correta, certa e a única a ser seguida, sendo menosprezadas as demais variedades, motivando, assim, o preconceito linguístico. A respeito do preconceito linguístico, Bagno (1999) faz a seguinte observação:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existe, como vimos no Mito nº 1, uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente (BAGNO, 1999, p.40).

O preconceito linguístico ocorre com certa frequência nas salas de aula, pois os alunos falantes de uma variedade linguística, que se difere da maioria da turma e até mesmo do professor, sofre duras correções, modificações essas feitas de maneiras inadequadas, em tratar como um erro a sua maneira de falar, de se expressar, o que possivelmente pode interferir em seu desenvolvimento da aquisição de conhecimento e rendimento ou não nas aulas de língua portuguesa.

Apesar de existir variedades da língua, ainda existe uma discriminação de uma variante, as diferenças não são bem aceitas por pessoas com maior prestígio linguístico, essas tentam impor uma única unidade linguística, tendem a transformar a variedade linguística utilizada pelo sujeito em “erro”, e muitas vezes os próprios professores não procuram desmistificar esse uso da língua.

Em grande medida nas aulas, dá-se grande foco à classificação do que é tido como “certo” e do que é considerado “errado”, marcas impregnadas pelo ensino tradicionalista, que se ganha forças de tempos em tempos, no qual os principais a sofrer com seus reflexos são os próprios alunos, principalmente os oriundos de regiões diferentes, fazendo parte de um ensino dotado de preconceito linguístico, algo que pode motivar ou gerar um certo desconforto no processo de aprendizagem desses alunos.

Bortoni-Ricardo (2004), em sua obra “Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula”, faz uma observação relacionada aos tão empregados erros de português: “erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua”, dessa maneira, as diferenças linguísticas existentes são vistas como um “erro”.

Os indivíduos, ao se tratar da língua portuguesa, ainda fazem julgamentos negativos, acreditam como erro na língua o que poderia estar sendo considerado como riqueza, pelo fato

de representar a variedade linguística existente e a variedade de formas possíveis para possibilitar e desenvolver a comunicação. A separação das variedades entre certo e errado dá abertura para o preconceito, isso deveria ser evitado fazendo-se uma análise da língua e de suas variedades, passando a visualizar essa realidade linguística pelo lado positivo, como uma das riquezas brasileiras e não pelo lado negativo, carregando a ideia limitada do erro.

A prática de preconceito com alunos que pronunciam uma variedade linguística diferente das, dos demais alunos, ocorre com muita assiduidade, o que desperta preocupação quanto ao rendimento e aprendizado desses alunos e ainda pelo fato de possuir convivência com colegas que os fazem objeto de risos e zombarias.

As escolas brasileiras, apresentam um ensino com base no tradicionalismo gramatical, alimentando dessa forma um sistema de ensino danificado às práticas do preconceito linguístico, pois tem como base no ensino da norma padrão. Desse modo, essa norma é tida como única correta, fator que despreza e marginaliza as demais variantes.

O preconceito linguístico não possui frequência nas questões escritas, ele se expressa com mais frequência diante das práticas da oralidade, pois durante esses atos não há tanto monitoramento em relação às práticas escritas, que são realizadas de maneira vigiada e com mais formalidade, tendo como objetivo chegar o mais perto possível da norma de prestígio, a norma padrão da língua.

Esse preconceito manifesta-se diante das diferenças existentes entre cada forma de falar, no qual os indivíduos as julgam como erro, considerando como aceitável, somente a variedade de prestígio da língua, a norma padrão, menosprezando, dessa forma, as demais variedades linguísticas.

A sociedade brasileira enxerga as variedades linguísticas, como erro, aquela questão de quem fala diferente fala errado, e é justamente essa ideia que ergue as práticas do preconceito linguístico. No entanto, isso vem também seguido de outros preconceitos, como, por exemplo, do preconceito social, cravado no fundamento de que as pessoas de classes mais baixas são as que mais cometem erros, por não terem tido acesso à escolaridade. A respeito do grau de escolarização, Bortoni-Ricardo (2004) cita:

Os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico. Observe que esses fatores estão intimamente ligados ao *status* socioeconômico, na sociedade brasileira” (BORTONI-RICARDO, 2004, p.48).

A Língua Portuguesa, é formada por diferentes falares, ela está em constantes mudanças, ou seja, mudando ao decorrer do tempo, do espaço, da classe social:

Lendo as gramáticas normativas (e até mesmo algumas descrições feitas por linguistas), a gente tem a impressão que a língua está pronta e acabada, que ela pode até ter sofrido transformações no passado mas que, agora, as regras estão fixadas para sempre. Mas isso é uma ilusão. Enquanto tiver gente falando uma língua, ela vai sofrer variação e mudança, incessantemente. Os mesmos processos que fizeram a língua mudar no passado continuam em ação, fazendo a língua mudar neste exato momento em que você lê o que eu escrevo. Apesar dessa obviedade, a mudança linguística sempre foi encarada como um problema, como uma coisa negativa, como um sinal de ruína, decadência e corrupção da língua (e da moral de seus falantes). No entanto, ela é inevitável: tudo no universo, na natureza e na sociedade passa incessantemente por processos de mudança, de obsolescência, de reinvenção, de evolução[...] (BAGNO, 2007, p. 165).

Não existe uma comunidade na qual todos falam de modo idêntico, utilizando o mesmo vocabulário, por conseguinte, as pessoas que não têm o domínio da norma culta, da norma considerada de prestígio pela sociedade são consideradas pessoas que falam “errado”, isso se torna explícito em pessoas com baixo nível de escolaridade ou pessoas que não possuem condições financeiras para garantir uma boa educação, essas pessoas acabam servindo de instrumentos de exclusão social, para os sujeitos que detém mais poder aquisitivo e têm acesso a uma educação de qualidade.

O sujeito precisa reconhecer a importância e a necessidade de estudar sua língua materna, mas estudá-la no formato relativo à realidade e não de forma idealista como tem sido feita, focalizando apenas em uma variedade da língua, se a língua não tem foco na realidade do sujeito ela passa a ser uma abstração, e por isso traz diversas limitações para o sujeito.

O ensino da norma padrão também necessita existir, pois é muito importante quando levamos em consideração alguns contextos na sociedade que vão requerer o uso de tal variedade. Mas, este ensino só se torna válido desde que se leve em importância, também, as demais variedades linguísticas.

Essas classificações como “certo” e “errado” em relação aos usos da língua não deveriam existir, levando em consideração a questão da adequação contextual. Compreende-se como adequação contextual a utilização de determinadas formas de fala levando como suporte o contexto em que o indivíduo se encontra. Ou seja, a fala do falante vai depender do contexto, local ou situação em que ele se encontra. Muito mais justa é essa proposta, porque dessa maneira os falantes fazem uso da língua com liberdade, de acordo com sua própria vontade e consciência, adequando suas formas de falarem ao contexto em que se encontram inseridos, incluídos, deixando dessa maneira de ser alvo de risos por não estarem de acordo com o contexto de comunicação.

Sendo dessa forma, não existe língua errada, o que existe é a utilização da língua em um contexto errado, sendo cada variante fundamental, indispensável para cada situação de uso

em que o indivíduo esteja introduzido, cabendo ao mesmo, saber escolher ou separar o uso das diversas variedades conforme a necessidade.

O ideal para as escolas seria fazer um ensino de língua portuguesa embasado nas variedades linguísticas passando a vê-las pelo aspecto positivo, cogitando como “riqueza” as variantes da língua, pois permitem ao aluno um maior arcabouço linguístico no referente a poder falar de diversas maneiras uma única coisa, essa única coisa pode ser falada de várias maneiras.

Com base nessa proposta de se poder falar de diversas maneiras uma única coisa, no próximo tópico será apresentado algumas formas de se prevenir e amenizar o preconceito linguístico na escola, levando em consideração uma nova postura em relação as práticas pedagógicas trabalhadas nas salas de aula.

2.2. Formas de prevenir / amenizar o preconceito linguístico na escola

Atualmente, surgem inúmeros questionamentos a respeito das razões de haver entre educadores e educandos, tantos discursos que conotam um sentimento de inferioridade com a língua que falam, e também à língua que os outros falam, como se as pessoas não soubessem “falar direito”, uma ideia de que não sabem falar a própria língua. Muitos discursos que ouvimos é que “português é muito difícil, mal sei falar a minha língua, não sei falar português direito”, pois, a língua trabalhada na escola é totalmente diferente da língua utilizada pelos alunos, assim eles tendem a achar que sua própria língua é difícil.

Não se pode contestar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) representam um grande avanço para a renovação do ensino da Língua Portuguesa, pois, o mesmo postula que a escola deve refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo dessa maneira o preconceito relativo ao uso da língua.

A escola tem um papel importante na formação do conhecimento do aluno quanto à sua língua, no entanto, há uma falta de harmonia entre os PCN de Língua Portuguesa e a realidade da prática docente nas escolas brasileiras. Ainda existem problemas e obstáculos a serem enfrentados em defesa de um ensino produtivo, de um ensino voltado a realidade do aluno.

Conforme já apontado anteriormente, os PCN apresentam uma orientação de ensino de língua portuguesa voltada para o uso real da língua, para o convívio e consideração da diversidade linguística, já que julga que o estudo desta característica da língua é fundamental

para a formação da compreensão linguística, bem como para o desenvolvimento da competência comunicativa do indivíduo, uma vez que o mesmo se encontra em um meio social representado pela diversidade em suas mais diversas facetas. Conhecedor de tudo isso, a sociolinguística enfrenta a diversidade linguística não como um problema, mas como uma característica composta da própria língua.

Conforme já mencionado anteriormente, o preconceito linguístico é um fato encontrado em algumas comunidades de fala. É possível ver, pois, que essa problemática vem se mantendo, desde muitos anos, e quando chega na sala de aula, cabe ao professor buscar maneiras de reduzir a concepção de que as variantes linguística e os falares de algumas comunidades são melhores que outros e que só existe uma forma tida como correta para se expressar, conscientizando os alunos que dentro das comunidades de fala existe mais de uma possibilidade de escolha para se dizer uma mesma coisa com o mesmo valor de verdade em contextos diferentes. Para isso se efetivar os professores devem ter formação continuada, buscando sempre conhecimentos como afirma Bagno (1999):

Nessa nova postura de *reflexão*, é indispensável que o professor procure, tanto quanto possível, estar sempre a par dos avanços das ciências da linguagem e da educação: lendo literatura científica atualizada, assinando revistas especializadas, filiando-se a associações profissionais, frequentando cursos em universidades, aderindo a projetos de pesquisa, participando de congressos, levantando suas dúvidas e inquietações em debates e mesas-redondas [...] (BAGNO, 1999, p. 116).

O educador deve passar para seus alunos que não existe um jeito certo e, por conseguinte, um errado de se falar, o que existe é a maneira adequada para utilização da linguagem de acordo com cada ocasião durante as relações sociais vivenciadas, que vão de acordo com os papéis sociais desenvolvidos por cada falante. O estudante deve ser visto como um ser social que necessita interagir nas mais diversas situações e contextos, portanto, é fundamental que seja levado a conhecer e reconhecer as variedades da língua, percebendo que esta lhe oferece formas mais e menos adequadas às situações comunicativas em que ele se encontra. Dessa maneira, a crença do “certo” e “errado” perde espaço para as concepções de mais e menos adequado aos diversos contextos de uso, uma vez que devemos executar uma concepção real da língua, como podemos verificar nos PCN:

[...] a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa (BRASIL, 1998, p.26).

Os professores de língua portuguesa, por sua vez, necessitam ter conhecimento a respeito das variedades linguísticas, para que possam desenvolver atividades e atitudes

interativas e conscientizadas. A posição do professor frente às variações linguísticas é de grande relevância, visto que a temática proposta pode tanto motivar o aluno quanto desmotivá-lo. Um professor que leve em consideração que o aluno traz uma grande bagagem linguística de casa, é mais compreensivo no sentido de entender que existe uma variável distinta da variante padrão e que pode ser utilizada na comunidade, dependendo da situação a qual o falante está inserido. Por outro lado, um professor que seja extremamente tradicional e só admita como sendo adequada apenas a variedade de prestígio, pode gerar medo e insegurança no aluno, essa perspectiva ao encontro a de Bortoni-Ricardo (2004):

Como um mestre à moda antiga, nosso colega Frederico caprichava muito na linguagem. Por exemplo, em vez de dizer “levantar”, dizia “erguer”. Sua formalidade, associada ao seu rigor, contribuiu para criar no menino um grande temor e insegurança linguística. O menino temia não estar falando ou se comportando à altura dos padrões ditados pelo mestre. Por isso se calava (BORTONI-RICARDO, 2004, p.24).

Quando um aluno sente medo e/ou insegurança, começa a ficar, cada vez mais, envergonhado em sala de aula por medo de dizer alguma coisa “errada”, que seja considerada errada pelo professor e possivelmente gere algum tipo de constrangimento a maneira como o educador faz as correções. Dessa maneira, irá proporcionar mais desinteresse da parte do estudante e possível queda no seu rendimento escolar, com essa queda de seu rendimento, o aluno vai se achar incapaz de aprender, podendo gerar um ciclo negativo de aprendizagem.

Partindo dessas observações, a escola e seus professores, sobretudo os de língua portuguesa, precisam desapegar de alguns mitos revelado preconceito de caráter linguístico, e principalmente, os que existem sobre uma única forma “certa” de falar e escrever. Ninguém fala “certo” ou “errado”, mas sim de acordo com aquilo que a sua região, cultura e classe social lhe proporcionam. O trabalho com a diversidade linguística envolve não apenas a classe econômica que cada pessoa pertence, outros fatores também influenciam na escolha de um determinado uso linguístico por um indivíduo e, durante as explicações em sala de aula esse é um ponto a ser ressaltado pelos docentes.

É necessário que a escola não negue e nem dificulte o acesso do aluno ao domínio das variedades linguísticas que ele desconhece. É preciso, que os profissionais da educação tenham consciência das variedades existentes no meio social de seus alunos e dos pressupostos teóricos da sociolinguística para que assim possam melhorar suas aulas e aperfeiçoar o conhecimento de seus alunos. No entanto, ainda existem vários educadores que acreditam ser obrigação corrigir os usos da língua que se desviam da norma considerada culta, conforme reflete Bortoni-Ricardo (2004):

Até hoje, os professores não sabem muito bem como agir diante dos chamados “erros de português”. Estamos colocando a expressão “erros de português” entre aspas porque a consideramos inadequada e preconceituosa. Erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua (BORTONI-RICARDO, 2004, p.37).

É preciso que cada professor de língua assuma uma postura de investigador, de produtor de seu próprio conhecimento linguístico teórico e prático, abandonando a velha atitude de reproduzir e repetir uma corrente gramatical contraditória e incoerente, como nos afirma Bagno (1999):

Ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ele fala a sua própria identidade como ser humano. Ensinar para o bem é acrescentar e não suprimir, é elevar e não rebaixar a autoestima do indivíduo. Somente assim, no início de cada ano letivo este indivíduo poderá comemorar a volta às aulas, em vez de lamentar a volta às jaulas! (BAGNO, 1999, p.145).

O professor tem que ter autonomia mediante a uma situação em que o aluno pronuncie uma variedade considerada não padrão e o educador tenha que ensinar a língua culta, sem que haja constrangimento nem prejuízo ao aluno quanto a sua aprendizagem. É importante destacar que nosso português é diversificado, permitindo vários tipos de costumes linguísticos, porém, se faz necessária, uma padronização da escrita e também na fala, para que haja um senso formal.

Cabe destacar que, já na apresentação dos PCN, afirma-se o seguinte:

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1998, p. 15).

É evidente que a perspectiva de língua adotada pelos PCN compõe a língua como uma realidade dinâmica e multifacetada. É importante apresentar aos alunos a importância do entendimento à norma culta, mas seguida das suas variedades, procurando refletir sobre aspectos da sua língua materna que não são adequados em algumas situações.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2004), todo falante nativo de português tem competência linguística, na qual o sujeito falante da língua realiza as escolhas de acordo com o contexto comunicativo que se encontra, ou seja, a competência linguística de um falante lhe permite saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores em quaisquer situações que se encontra.

Segundo Bagno (2007), o falante da sua própria língua é o melhor gramático que existe:

Por isso, o linguista honesto é aquele que reconhece humildemente que qualquer falante de uma língua é o melhor gramático que existe. Ninguém conhece melhor o funcionamento da língua do que o próprio falante nativo. Uma criancinha de 5 anos de idade já é perfeitamente capaz de reconhecer uma expressão linguística como pertencente ou não à sua língua materna (BAGNO, 2007, p. 187).

O ensino da Língua Portuguesa deve perpassar e trabalhar a realidade linguística dos usuários dessa língua, levando em conta além dos fatores internos à língua (fonologia, sintaxe, semântica, etc.) também os fatores de ordem externa à língua como: sexo, faixa etária, escolaridade, dentre outros fatores. Para tanto, é necessário que os professores se conscientizem, reflitam suas práticas pedagógicas, podendo assim desfazer esses preconceitos e promover um ensino em que a diversidade linguística seja fruto da diversidade social.

Segundo Bagno (1999):

Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da própria autoestima linguística: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que “brasileiro não sabe português” que “português é muito difícil”, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas “falam tudo errado” (BAGNO, 1999, p.115).

Devemos valorizar as diversas formas de língua, os diversos falares dos indivíduos, somente assim acredita-se desenvolver práticas pedagógicas para combater o preconceito linguístico:

Se queremos construir uma sociedade tolerante, que valorize a diversidade, uma sociedade em que as diferenças de sexo, de cor de pele, de opção religiosa, de idade, de condições físicas, de orientação sexual não sejam usadas como fator de discriminação e perseguição, temos que exigir também que as diferenças nos comportamentos linguísticos sejam respeitadas e valorizadas (BAGNO, 2007, p. 159).

Como docente devemos desenvolver um trabalho que contribua de forma produtiva para reduzir esse olhar discriminatório sobre a língua, que inclusive já é considerado por muitos um pensamento ultrapassado. Precisamos tomar plena consciência dos usos que fazemos de nossa língua, para podermos levar nossos alunos a fazerem o mesmo. É preciso que os alunos compreendam que quando nos referimos ao uso da língua, o que há, na verdade, não são “erros” e muito menos “acertos”, mas que ocorrem adequações e inadequações quanto ao uso que fazemos do português. Em consonância com tal postura Bortoni-Ricardo (2004), afirma:

Se valorizarmos menos as regras prescritivas, se dermos asas a nossa criatividade, vamos encontrar muitas formas de refletir sobre o português brasileiro e de usá-lo

com satisfação e confiança, porque, afinal, todos nós que o temos como língua materna somos muito competentes em língua portuguesa. Vamos contagiar nossos alunos com essa confiança e coma alegria de usar o nosso português, na fala e na escrita, com pouca ou com muita monitoração, prontos para desempenhar qualquer tarefa comunicativa que nos caiba (BORTONI-RICARDO, 2004, p.105).

Além disso, reduz a frequência das práticas de discriminação e preconceito para com as outras variedades que fogem a da norma considerada de prestígio, a norma padrão, expondo, dessa maneira, a realidade linguística brasileira e a amenizar a frequência da prática de preconceito linguístico, assim, refletimos meios de como a escola pode desmistificar o preconceito linguístico.

2.3. O papel da escola na desmistificação do preconceito linguístico

Como já fora discutido no capítulo anterior, o Preconceito Linguístico é uma forma de preconceito social a determinadas variantes da língua, dessa maneira, distingue e separa classes sociais, criticando ou prestigiando falantes do português brasileiro.

Na maioria dos casos, é comum as escolas não discutirem no ensino de língua a questão da variação linguística, contribuindo dessa forma com o preconceito linguístico.

O preconceito linguístico é uma ocorrência encontrada em algumas comunidades de fala, uma das suas principais razões é a questão socioeconômica do país. Em consonância com tal postura, Bortoni-Ricardo (2004) argumenta:

Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e econômicos. O dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir a ser considerado um dialeto “ruim”, enquanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser visto como um “bom” dialeto (BORTONI-RICARDO, 2004, p.34).

A diversidade de alunos no dia a dia nas escolas é enorme, seja quanto à classe social, idade, sexo e nível de escolaridade. Por essa maneira, por existir essa variedade de alunos, por conseguinte, irá existir a diversidade linguística, visto que os sujeitos são oriundos de comunidades diferentes, de um contexto social diferente, portanto, cada indivíduo tem sua maneira de falar marcada pelas características da sua localidade de origem.

Ao contrário dos alunos que provém das classes que possuem mais bens, na qual a variedade de língua é também considerada a variante de prestígio, essa que é ensinada na escola, por outro lado, a grande maioria dos alunos das classes menos favorecidas, passam a aprender uma nova língua e não têm sua variedade de língua valorizada, e na sala de aula essa

língua não é colocada como objeto de estudo. Com o ensino estruturado dessa maneira, os alunos usuários das variedades populares, aquelas não consideradas de prestígio são discriminadas em função da sua forma de falar. De acordo com Bortoni-Ricardo (2004):

Essas crenças sobre a superioridade de uma variedade ou falar sobre os demais é um dos mitos que se arraigaram na cultura brasileira. Toda variedade regional ou falar é, antes de tudo, um instrumento identitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social. Ser nordestino, ser mineiro, ser carioca etc. é um motivo de orgulho para quem o é, e a forma de alimentar esse orgulho é usar o linguajar de sua região e praticar seus hábitos culturais (BORTONI-RICARDO, 2004, p.33).

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), estamos diante de diferenças e não de “erros”. De acordo com esse posicionamento, o erro não existe, o que existe ao certo são formas diferentes de usar os recursos presente na própria língua. Dessa maneira, só poderia chamar-se de “erro” se cada indivíduo errasse individualmente, de modo particular, no momento de produzir dada palavra.

Ao chegar à escola, todo falante da língua materna domina as regras que lhe permite produzir e compreender infinitas sentenças, reconhecendo assim aquelas que são bem formadas, de acordo com o sistema de regras da língua. Ainda em relação ao citado, Bortoni-Ricardo (2004) argumenta:

Todo falante nativo de português, independentemente de sua posição no contínuo de urbanização e independentemente também do grau de monitoração estilística na produção de uma tarefa comunicativa, produz sentenças bem formadas, que estão de acordo com as regras do sistema da língua que esse falante internalizou. Essas sentenças podem seguir as regras da chamada língua padrão ou as regras das variedades rurais ou rurbanas (BORTONI-RICARDO, 2004, p.72).

Ainda existe um desconhecimento por parte da escola em relação às variedades linguísticas existentes no Brasil, eles tentam trabalhar a língua como se esta fosse algo estático, puro, homogêneo. Assim, Bagno (1999) defende um novo viés de língua:

A gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento — toda língua viva é uma *língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação*. É uma fênix que de tempos em tempos renasce das próprias cinzas. É uma roseira que, quanto mais a gente vai podando, flores mais bonitas vai dando. E o professor também deve preferir ser uma “metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”, como cantava Raul Seixas (contrariando, nesses mesmos versos, a “velha opinião formada” de que o verbo *preferir* não pode ser usado com a construção do que...). Tudo muda no universo, e a língua também (BAGNO, 1999, p. 117).

Não se pode ter o foco exclusivo na gramática normativa, é preciso mostrar as diversidades existentes na Língua Portuguesa. Entender que a língua é um sistema vivo que

está em constante mudança, não é estática no tempo, sempre está se renovando, se transformando.

O português falado no Brasil apresenta diversas variedades linguísticas, resultado das diferenças sociais materializadas através da história e da imensa área que o país ocupa geograficamente. Os falantes são corrigidos como se a língua que falam ou escrevem não fosse a mesma, e a escola não leva em conta que a aprendizagem linguística acontece em meio às relações humanas, ao contrário do que afirma Marcos Bagno:

A variação linguística tem que ser objeto e objetivo do ensino de língua: uma educação linguística voltada para a construção da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da *identidade* cultural da comunidade e dos indivíduos particulares, e que denegrir ou condenar *os seres humanos que a falam*, como se fossem incapazes, deficientes ou menos inteligentes – é preciso mostrar, em sala de aula e fora dela, que a língua varia tanto quanto a sociedade varia, que existem muitas maneiras de fazer a mesma coisa e que todas correspondem a usos diferenciados e eficazes dos recursos que o idioma oferece a seus falantes; também é preciso evitar a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou menos escolarizados, como se também não houvesse variação (e mudança) linguística entre os falantes urbanos, socialmente prestigiados e altamente escolarizados, inclusive nos gêneros escritos mais monitorados (BAGNO, 1999, p. 16).

No Brasil, o ensino de língua tem se propagado quase somente por meio do ensino da gramática de cunho normativa, a gramática tradicional. Muitos acreditam que saber a teoria gramatical corresponde à saber português. Dessa forma, a gramática é tida e exposta como parte integral do ensino da língua. Ao prosseguir a exposição sobre esse apontamento, Coelho e Görski (2009) diz o seguinte:

Em termos de ensino, no que diz respeito a uma concepção de língua e de gramática, a língua, em geral, é vista como um sistema homogêneo, portanto histórico e socialmente descontextualizada já que desvinculada de seus usuários; e a gramática é tida como um repositório de regras de bem escrever e falar [...]. As atividades didáticas, nesse tipo de abordagem, costumam ser basicamente classificatórias, desvinculadas do uso real da língua, regidas pelas noções de “certo” e de “errado”, em que certo é o que está de acordo com as regras de tais gramáticas, ao passo que tudo o que não se conformar a essas regras é taxado de erro e deve ser corrigido. Tal quando, embora identificado como “tradicional”, é ainda encontrado nos dias de hoje em muitas escolas (COELHO; GÖRSKI, 2009, p.74).

Um dos objetivos para o ensino de língua portuguesa está referente à variação linguística. No entanto, o trabalho com a variação linguística não recebe seu devido valor no currículo da escola, produzindo uma deficiência no ensino, destacando uma abordagem da

língua de forma artificial, descontextualizada, longe dos usos cotidianos e reais da língua, das formas de manifestações.

Para aplicação eficaz desse novo modelo de se trabalhar em sala de aula, necessita-se dos professores adotarem uma nova postura frente às variedades usadas pelos seus alunos.

O educador deve passar para os seus alunos que não existe uma maneira tida como certa e, por conseguinte, um jeito errado de falar, mas, procurar mostrar para seus alunos que existe uma maneira adequada para utilização da linguagem em cada ocasião, em cada situação de uso, que irão de acordo com os papéis sociais desenvolvidos por cada sujeito, motivando os mesmos a não ter vergonha da variedade de língua utilizada. Isso está relacionado com o que afirma Coan e Freitag (2010):

Para cumprir a função de ensinar a escrita, a escola precisa livrar-se de alguns mitos, por exemplo: existe uma forma correta de falar; a fala de uma região é melhor do que a de outra; a fala correta é a que se aproxima da escrita; brasileiro fala mal português; português é difícil e é preciso consertar a fala do aluno. A escola deve propiciar a ampliação da competência linguística (COAN; FREITAG, 2010, p.182).

Os professores de português devem respeitar a linguagem não padrão como outro modo de falar, e reconheçam como simplesmente diferente da linguagem da escola, em vez de condená-la como falha. Curiosamente, aqueles que mais usam, na fala casual, formas estigmatizadas são os que mais estigmatizam a fala dos outros, ou seja, uma pessoa que usa a linguagem considerada não padrão tem a vantagem de detectar e corrigir as formas não padrão do outro. No próximo capítulo refletimos o ensino da gramática e como a sociolinguística pode dar outro olhar, outra forma de se trabalhar a gramática na sala de aula.

CAPÍTULO 03

ENSINO DA GRAMÁTICA: REFLETINDO A PRÁTICA ESCOLAR

Muito se tem discutido o problema em relação à condução das aulas de gramática introduzido nas escolas, dentro da disciplina que abriga o estudo da Língua Portuguesa. É o que comenta Bagno (1999):

À gramática tradicional, em sua vertente normativo-prescritivista, continua firme e forte, como é fácil verificar nos compêndios gramaticais mais recentes. As práticas de ensino variam muito de região para região, de escola para escola, e até de professor para professor, de acordo com as concepções pedagógicas adotadas (BAGNO, 1999, p. 74).

De acordo com Ferrarezi Jr. (2014), a eficiência metodológica no ensino de Língua Portuguesa está associada a currículos catastróficos, tornando as salas de aula fúnebres como cemitérios. Um currículo absolutamente inútil para a existência real do aluno, não aponta para a língua que o aluno fala, mas para uma abstração gramatical que se constrói sobre a língua.

Apesar dos estudos linguísticos terem implementado uma série de inovações no ensino de Língua Portuguesa, o tratamento das variedades linguísticas ainda se encontra marginalizado, ou seja, ainda permanece em segundo plano. É constatado que, a gramática normativa o uso do “certo” e “errado” tem maior lugar nos programas de ensino se for comparado ao menor espaço ofertado ao estudo das variedades linguísticas, e quando é estudado, é estudado apenas com o propósito de que “essa palavra está errada, coloque-a na forma certa”, isso porque muitos ainda acreditam que os métodos tradicionais de ensino deve ser o principal objeto de ensino e aprendizagem em sala de aula.

Cabe destacar que, Bortoni-Ricardo (2004), afirma-se o seguinte:

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto *já são usuários competente de sua língua materna acriança*, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação. Os usos da língua são práticas sociais, e muitas delas são extremamente especializadas, isto é, exigem vocabulário específico e formações sintáticas que estão abonadas nas gramáticas normativas (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75).

Segundo Bortoni-Ricardo, é fato comprovado que a criança, quando vai para a escola, já adquiriu sua língua materna. Todo falante nativo da sua língua de origem, já internalizou as regras do sistema de sua língua, porque tem competência linguística, ou seja, nasce dotado de uma capacidade para a linguagem. Isso significa dizer que, quando o aluno vai para a escola, ele já domina as regras de sua gramática internalizada, um conhecimento desenvolvido

independentemente dos ensinamentos escolares. Não se trata, então, de ensinar a língua materna ao aluno e, sim, de ensinar a ele uma determinada variedade da língua, a variedade de prestígio, a norma padrão. E, além disso, trata-se de ensinar ao aluno a utilização adequada com as diferentes situações comunicativas que ele vivencia, por exemplo, mais formais e mais informais.

O papel da escola não deve se restringir apenas a fazer com que o aluno domine corretamente o sistema linguístico da língua, mas tornar o aluno capaz de atuar em todos os âmbitos comunicativos, podendo se adequar aos mais diversos contextos sociais.

O que mais observamos no cotidiano escolar é que o ensino da gramática permanece em primeiro plano, e o ensino da variação linguística ainda se encontra marginalizado, esquecido.

O ensino atual tenta fugir do ensino tradicional, mas ainda tem ênfase na gramática normativa, baseado em nomenclatura, classificação, flexão, desinências das palavras, ou seja, o ensino da gramática normativa está em primeiro plano. Assim afirma Antunes (2003):

Uma gramática descontextualizada, amorfa, da língua como potencialidade; gramática que é muito mais “sobre a língua”, desvinculada, portanto, dos usos reais da língua escrita ou falada na comunicação do dia-a-dia; uma gramática fragmentada, de frases inventadas, da palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função; frases feitas para servir de lição, para virar exercício (ANTUNES, 2003, p. 31).

Ainda permanece no ambiente escolar uma prática de ensino da Língua Portuguesa voltada para os exercícios tradicionais de gramática, tornando um ensino mecânico, o aluno é apenas levado a “decorar para a prova”. Apesar da necessidade de um trabalho mais reflexivo com a língua, o que se percebe, é que muitas práticas de ensino da gramática, é uma exercitação da gramática normativa por meio de atividades voltadas para a mesma.

O ensino da gramática no contexto escolar brasileiro tem privilegiado a prescrição, baseado nas normas e regras da gramática tradicional, da gramática normativa, aquela tida como o “manual do falar certo”.

Na prática, no âmbito educacional, a língua portuguesa é muitas vezes considerada homogênea, apesar das múltiplas variedades da língua, a norma padrão, a variedade de prestígio, ainda é aquela norteadora do ensino brasileiro.

Assim exemplifica Bagno (1999):

Na Amazônia, *igapó* é uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia. Acho uma boa metáfora para a gramática normativa. Como eu disse, enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um *igapó*, uma grande poça de

água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó/gramática normativa envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia (BAGNO, 1999, p. 66).

A gramática normativa é limitada em suas propostas, não apresenta as reais formas de uso do português brasileiro e se simplifica somente a uma linguagem homogênea, cristalizada.

A concentração do ensino da gramática ainda está voltada a sua nomenclatura e classificação gramatical, uma gramática descontextualizada, estudada de forma separada do contexto, principalmente do contexto social. O ensino de gramática se configura como uma exposição e imposição de regras, atividades que levam os alunos ao reconhecimento e classificação das palavras, atribuindo uma categoria gramatical oferecida e acabada.

De acordo com Bagno (2007):

Outro problema sério da Gramática Tradicional- sem dúvida, o mais grave- é que seu foco de interesse é extremamente restrito. Todo o aparato de conceitos, definições e instrumentos de análise que ela oferece se limita ao estudo da frase: o ponto final da frase escrita é o ponto final da análise gramatical. Ora, a língua não se manifesta nem em palavras soltas nem em frases isoladas e descontextualizadas. Toda e qualquer manifestação da linguagem, falada ou escrita, é necessariamente, invariavelmente, inevitavelmente um texto. O texto é que tem que ser o ponto de partida para qualquer estudo da linguagem humana em ação, em interação. Os estudos gramaticais tradicionais, no entanto, não levam isso em conta e tudo o que conseguem fazer é analisar a frase, a oração ou, quando muito, o período composto por mais de uma oração. Com isso, todo um mundo de coisas interessantes, fascinantes e importantes para o entendimento da linguagem humana se perde, não é estudado, fica oculto (BAGNO, 2007, p. 66).

As atividades não envolvem a observação, a manipulação real dos fatos e tempos da língua, ao contrário, apresentam uma ideia de que a língua é estática, paralisada, inerte, com métodos tradicionais do ensino de memorização de conteúdos apenas para realização de provas e atividades, esse tipo de abordagem é realizado como um fim em si mesmo, sem contribuir em nada para a compreensão do fato linguístico.

Torna-se, desse modo, um ensino ineficaz, improdutivo, seguindo o viés dos estudos de Antunes (2012), que defende um ensino voltado aos usos linguísticos reais, levando em consideração o contexto e as unidades lexicais.

É de suma importância trabalhar explicitamente com essa realidade na sala de aula, enfatizando a questão da heterogeneidade linguística, comparando as variedades e combatendo preconceitos entre os próprios alunos, tal prática que foi abordada e discutida mais detalhadamente no tópico posterior.

3.1 Gramática normativa: um caminho para o preconceito linguístico

Sabemos que os estudos em torno das variações já modificaram, e muito, a perspectiva do ensino da língua:

Uma coisa não podemos deixar de reconhecer: existe atualmente uma crise no ensino da língua portuguesa. Muitos professores, alertados em debates e conferências ou pela leitura de bons textos científicos, já não recorrem tão exclusivamente à gramática normativa como única fonte de explicação para os fenômenos linguísticos. Por outro lado, sentem falta de outros instrumentos didáticos que possam, senão substituir, ao menos complementar criticamente os compêndios gramaticais tradicionais (BAGNO, 1999, p. 105).

Apesar das mudanças, em relação ao ensino da Língua Portuguesa, nota-se que as aulas de língua materna, em inúmeras situações parecem paralisadas no tempo, visto que é comum observarmos nos livros didáticos e na prática pedagógica o ensino da gramática tradicional ocupando o espaço central da disciplina, estudo este insuficiente para um ensino eficaz de Língua Portuguesa.

De acordo com Bagno (1999), a gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. A abordagem da Língua Portuguesa na sala de aula deve levar em consideração os usos linguísticos, deixando de lado uma concepção de língua estática em favor de uma concepção de língua dinâmica, construída no uso efetivo, dependente do contexto de produção. Uma perspectiva que se configure na análise da língua em uso, em seu contexto real, dinâmico, especialmente o contexto social, no estudo e compreensão da língua em diversas situações de interação social.

Segundo Neves (2017), podemos defender que é partindo dos usos que a análise linguística pode dar conta de como, realmente, funciona o sistema da língua nos diferentes contextos de uso, e é só nessa direção que o estudo da Língua Portuguesa se torna legítimo, e mesmo realizável.

Ainda se torna comum observarmos planejamentos de ensino e práticas pedagógicas que seguem os modelos do ensino tradicional da língua, pautado na gramática normativa, considerando a língua como homogênea, estática e, não como o que a língua realmente é: heterogênea, dinâmica, fluida, viva e múltipla de possibilidades e variedades.

Bagno (1999), argumenta que um dos problemas certamente está no modo como se ensina português e naquilo que é ensinado sob o rótulo de língua portuguesa.

O ensino da Língua Portuguesa necessita de uma revisão, pois o modo tradicional como é abordado, já é visto, até mesmo pelos alunos, como algo velho, dessa maneira, a língua materna se torna simplificada ao estudo da gramática.

De acordo com Antunes (2003), não existe língua sem gramática, porém o trabalho de ensino da gramática deve levar em consideração as variedades linguísticas, buscando um trabalho como princípio uma gramática da língua real, que desperte o interesse do aluno, uma gramática que seja contextualizada, relevante, instigante, motivadora e funcional.

Bagno (2007), na sua obra “Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística”, ele levanta um questionamento:

“É ou não é para ensinar gramática?”, a resposta é: se for para ensinar gramática como mera repetição da doutrina tradicional, anacrônica e encharcada de preconceitos sociais, definitivamente não é para ensinar gramática. Se “ensinar gramática” for entendido como decoreba de nomenclatura sem nenhum objetivo claro e relevante, análise sintática de frases descontextualizadas e às vezes até ridículas, definitivamente não é para ensinar gramática. Mas se por gramática entendermos o estudo sem preconceitos do funcionamento da língua, do modo como todo ser humano é capaz de produzir linguagem e interagir socialmente através dela, por meio de textos falados e escritos, portadores de um discurso, então, definitivamente é para ensinar gramática, sim. Na verdade, mais do que ensinar, é nossa tarefa construir o conhecimento gramatical dos nossos alunos, fazer com que eles descubram o quanto já sabem da gramática da língua e como é importante se conscientizar desse saber para a produção de textos falados e escritos coesos, coerentes, criativos, relevantes etc. (BAGNO, 2007, p.70).

No entanto, a escola ainda é direcionada para ensinar a língua da cultura dominante, ou seja, a escola é orientada para ensinar a gramática normativa, a língua de prestígio pela classe econômica mais alta, aqueles que possuem mais poder aquisitivo, e tudo que se afasta desse princípio é defeituoso e deve ser excluído. Assim, a língua é vista como um instrumento de exclusão social, já que esse princípio não reconhece as variedades linguísticas, dessa forma, os sujeitos que não utilizam dessa norma de prestígio, são classificados como pessoas que “não sabem falar”, que falam tudo “errado”, provocando dessa maneira o preconceito linguístico.

Assim, de acordo com Ferrarezi Jr. (2014), em seu livro Pedagogia do silenciamento – a escola brasileira e o ensino de língua materna, ele propõe que a escola necessita imediatamente jogar os currículos “atuais” no lixo e construir novos currículos que possam ser levados como meios transformadores da nossa educação silenciadora, para uma educação estimulante, instigante, desafiadora e completamente real como a vida.

Não se pode ter o foco exclusivamente na gramática normativa, é preciso exemplificar a diversidade existente na Língua Portuguesa, fazendo dessa forma, com que a aprendizagem efetivamente aconteça, tornando-se um ensino eficaz para o aluno.

A escola deve buscar maneiras, alternativas de reduzir a concepção de que as variantes linguísticas e os falares de algumas pessoas ou comunidades são melhores que outros, e que só existe uma maneira tida como certa para se expressar ou comunicar.

Um dos instrumentos propagadores do preconceito linguístico são os livros didáticos, que tendem a tratar o assunto a partir da reprodução da gramática de cunho normativo. Dessa maneira, é preciso, também, que a escola se organize para uma escolha mais coletiva do livro didático, discutindo procedimentos de análises, examinando exemplares de livro solicitados às editoras. Afinal, a língua está a todo o momento sofrendo intervenções e modificações de seus falantes e não pode permanecer estática no tempo. Dessa forma, buscar um ensino de gramática baseado no uso real da língua, sair do comodismo da gramática tradicional, trabalhar de forma mais natural e levando em consideração as realizações linguísticas presenciadas na sociedade, destacando os contextos de uso.

Assim, irá diminuir a incidência das práticas de discriminação e preconceito para com as outras variedades que fogem a da norma considerada de prestígio, apresentando, assim, a realidade linguística brasileira. No próximo tópico abordamos, o papel da sociolinguística educacional como um dos meios de combater esse preconceito na sala de aula.

3.2 Sociolinguística Educacional

Uma nova postura seria adotar os pressupostos defendidos pela área da linguística, denominada de sociolinguística, a qual aborda os fenômenos de linguagem levando em consideração o contexto social em que os enunciados são construídos e emitidos numa situação de uso.

A vertente sociolinguística nasceu nos Estados Unidos, em meados da década de 1960, os estudos da variação e da mudança na perspectiva sociolinguística foi impulsionado com os estudos de William Labov, que se tornou o nome mais conhecido da área e traz consigo uma importante contribuição ao ensino, especialmente por meio da sua subárea denominada Sociolinguística Educacional, tendo como principal representante Stella Maris Bortoni-Ricardo.

A sociolinguística tem como fundamento estudar a língua em uso, dados os contextos sociais reais em que é utilizada, dentro da comunidade linguística. Dessa maneira, o objeto de

estudo da sociolinguística é a diversidade linguística, encontradas nas observações, descrita e analisada em seu contexto social e cultural, portanto, língua e sociedade estão interligadas.

A sociolinguística é uma área de grande relevância para o ensino de língua materna, visto que através da mesma é possível realizar um trabalho que possa diminuir o preconceito linguístico muitas vezes enraizado na sociedade e que contribua para a aprendizagem em relação às variedades linguísticas, e um melhor rendimento dos alunos.

O trabalho reflexivo com a sociolinguística educacional tem por objetivo contribuir para o melhoramento do processo educacional, especialmente na área de ensino da língua portuguesa.

As pesquisas no âmbito da sociolinguística educacional apontam que é possível desenvolver práticas significativas de linguagem, incluindo os alunos das diversas classes sociais, das classes menos favorecidas, tentando fazer com que esses alunos deixem de se sentirem estrangeiros em relação à língua utilizada pela escola, participando ativamente de forma satisfatória das práticas sociais que demandam conhecimentos linguísticos diversos.

Marcos Bagno (2007), defende uma “reeducação sociolinguística” como uma proposta de pedagogia da variação linguística, assim ele elenca alguns pontos que implica esse trabalho para o (a) professor (a):

- Fazer o/a aluno/a reconhecer que é possuidor/a de plenas capacidades de expressão, de comunicação, isto é, possuidor/a de uma língua plena e funcional, de uma língua que é um instrumento eficaz de interação social e de autoconhecimento individual- em outras palavras, promover a autoestima linguística dos alunos e das alunas, dizer-lhes que eles sabem português e que a escola vai ajudar a desenvolver ainda mais esse saber;
- Levar o/a aluno/a a tomar consciência da escola de valores que existe na sociedade com relação aos usos da língua: algumas variedades linguísticas são consideradas mais “bonitas” e “certas” que outras; alguns sotaques são valorizados, outros são ridicularizados; os usos escritos são mais prestigiados que os usos orais etc.- mas atenção: tomar consciência não significa aceitar essa situação de discriminação nem submeter-se a ela!
- Garantir o acesso dos alunos e das alunas a outras formas de falar e escrever, isto é, permitir que aprendam e apreendam variantes linguísticas diferentes das que eles/elas já dominam- isso significa ampliar o repertório comunicativo, ter à sua disposição um número maior de opções, que poderão ser empregadas de acordo com as necessidades de interação;
- Conscientizar o alunado de que a língua é usada como elemento de promoção social e também de repressão e discriminação- comparar o preconceito linguístico com as outras formas de preconceito que vigoram na sociedade; desconstruir o preconceito linguístico com argumentos bem fundados e alertar alunos e alunas contra suas próprias práticas de discriminação por meio da linguagem;
- Trabalhar para a inserção plena dos alunos e das alunas na cultura letrada, por meio das práticas ininterruptas da escrita e da leitura, isto é, práticas de letramento- promover o conhecimento ativo das convenções dos muitos gêneros textuais que circulam na sociedade, sobretudo dos gêneros escritos mais monitorados; promover a formação do leitor literário autônomo;

- Promover o reconhecimento da diversidade linguística como uma riqueza da nossa cultura, da nossa sociedade, ao lado de outras diversidades culturais e até mesmo da biodiversidade natural- muitos estudiosos falam de uma ecologia linguística, em que a diversidade das línguas e das variedades linguísticas deve ser valorizada e preservada como bem inestimável da espécie humana (BAGNO, 2007, p. 84).

As escolas não devem ignorar as diferenças sociolinguísticas, os professores e alunos precisam estar conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. As escolas necessitam incentivar uma postura respeitosa no trato das diferenças linguísticas. Para tanto, é necessário que os educadores se conscientizem, reflitam suas práticas pedagógicas, podendo assim desfazer os preconceitos e promover um ensino em que a diversidade linguística seja fruto da diversidade social.

A postura do professor em sala de aula, no que diz respeito ao tratamento da variação linguística, pode exercer uma grande influência no comportamento de seus alunos. Sem sombra de dúvidas, cada um de nós, educadores, para poder desempenhar uma tarefa significativa devemos elevar a autoestima linguística dos nossos alunos no espaço pedagógico, procurar mostrar que todas as maneiras de falar são lógicas, corretas e bonitas. É um erro, nos dias atuais, o modo de uma pessoa falar continue sendo usado como uma atitude preconceituosa, de discriminação e exclusão por meio da linguagem.

A escola de nenhuma maneira pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores devem passar para seus alunos de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. Bortoni-Ricardo (2004), sugere que Chico Bento- personagem de Maurício Sousa- poderia se transformar em um símbolo do multiculturalismo que deveria ser cultivado nas nossas salas de aula. Observar as tirinhas de Chico Bento permite conhecer as variantes, bem como tecer hipóteses sociais relacionadas ao seu uso.

O nosso mercado educacional necessita de melhorias, formando estudantes críticos, cada vez mais capazes de dar conta de seus papéis de cidadãos, que saibam como se adequar aos contextos sociais os quais estão inseridos, que saibam escolher a linguagem adequada a cada situação e, é a prática em sala de aula, o modo como os assuntos são abordados que vão contribuir para esse sucesso.

De acordo com a Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005), na sua obra “Nós chegemos na escola, e agora? – Sociolinguística & educação”, a mesma comenta que não basta escrever uma gramática variacionista e entrega-la para o professor. Isso seria apenas substituir a gramática normativa que ele já usa por outra, onde os fenômenos da língua não são tratados como categóricos, mas vêm acompanhados das probabilidades de sua ocorrência de acordo

com os fatores que os desencadeiam ou os inibem. É uma suposição acreditar que, com uma gramática de cunho variacionista, o ensino e a aprendizagem da língua materna vão automaticamente melhorar. Dessa maneira, é objetivo de uma pedagogia culturalmente sensível criar em sala de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos. É necessário de fato, uma pedagogia que contribua para o desenvolvimento das diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos, para isso, requer uma transformação na postura da escola, professores, alunos, enfim, da sociedade em geral.

No próximo capítulo, refletimos sobre o papel do livro didático no contexto educacional, e analisar dois livros didáticos: um de escola pública e, o outro de escola particular, procurando refletir como os conteúdos do compêndio gramatical transmite o preconceito linguístico.

CAPÍTULO 04

O LIVRO DIDÁTICO E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

No Brasil, a educação, tem sofrido muitas transformações durante sua história. O livro didático tem um papel de suma importância no sistema educacional brasileiro.

O livro didático, que foi formulado com o propósito de ser uma ferramenta de apoio ao professor na sala de aula e também estabelecer um padrão dos conteúdos abordados em cada série, muitas vezes, tem sido o meio mais utilizado pelo educador em suas práticas escolares, também como uma busca de atualização.

Em todas as disciplinas, o livro didático, muitas vezes, torna-se um método necessário para a prática docente do educador, no entanto, nem sempre ele encontra na escola outros instrumentos que possam explicitar ou complementar o assunto ou tema que está sendo trabalhado com os alunos.

Nos dias atuais, os livros didáticos têm um fundamental papel nas aulas, eles representam a principal ou a única referência de trabalho como material impresso na sala de aula.

Em muitas escolas da rede pública de ensino, o livro didático vem tornando-se um recurso básico para o aluno e para o professor, no processo de ensino e aprendizagem. Atualmente, observamos que o livro didático tem sido usado como recurso obrigatório nas aulas, em especial às aulas de Língua Portuguesa.

No entanto, os professores utilizam de diferentes formas o livro didático em sala de aula. Alguns seguem de forma severa o desenvolvimento de cada item indicado, outros, não utilizam por considerá-lo inadequado, pois os conceitos se apresentam desvinculados da realidade dos educandos dificultando dessa maneira, a aprendizagem dos alunos.

A grande maioria dos livros didáticos apresentam conteúdos de forma descontextualizados, separados da sociedade e da vida cotidiana. Porém, mesmo apresentando esse problema, muitas vezes ele é a única ferramenta para o trabalho do educador, passando a assumir o papel de currículo e de marcador das técnicas de ensino, interferindo de modo significativo nos processos de seleção, planejamento e desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula.

Uma vez que o livro didático é essencial para as aulas, o mesmo demonstra, na maioria das vezes, qual é a metodologia utilizada pelo educador. Infelizmente, o livro, não é tratado como um completo nas aulas de Língua Portuguesa, ele é um elemento tão presente na

sala de aula quanto o próprio professor. Essa postura deixa à mostra a concepção de educação aí investida: uma educação baseada na reprodução de conhecimentos.

O livro didático, na condição acima, acaba sendo a instância máxima de saber e de um saber que parece cristalizado, pronto e acabado. Uma prática de ensino voltada exclusivamente para o livro didático tem como objetivos um plano de trabalho elaborado pelo próprio autor do livro, deste modo, o professor é quase um repetidor do que está no livro.

O livro didático é um recurso que desfruta de um espaço privilegiado na sala de aula, chegando mesmo, em alguns casos, a ser o único material de leitura de professores e dos alunos. Alguns dos professores dependem única e exclusivamente do livro didático para poder compreender e repassar o conteúdo para os alunos, e ainda utilizam este recurso didático de um modo completamente equivocado sem procurar envolver o conteúdo programático com a realidade do seu aluno, prendendo-se a um método extremamente teórico, um ensino cansativo para ambos, tanto para o professor como para o aluno, e de difícil compreensão. Dessa maneira, questionar os materiais didáticos, é questionar o próprio ensino que o mesmo contém.

Os livros didáticos, muitos deles já avançaram de modo significativo, de forma positiva no tratamento de outros aspectos da reformulação do ensino, porém, quando chega a vez da variação linguística, o resultado quase sempre é insatisfatório, como nos afirma Bagno (2007):

Apesar disso, o tratamento da variação linguística nos livros didáticos continua sendo um tanto problemático. A gente percebe, em muitas obras, uma vontade sincera dos autores de combater o preconceito linguístico e de valorizar a multiplicidade linguística do português brasileiro. Mas a falta de uma base teórica consistente e, sobretudo, a confusão no emprego dos termos e dos conceitos prejudicam muito o trabalho que se faz nessas obras em torno dos fenômenos de variação e mudança (BAGNO, 2007, p. 119).

Não se pode negar que o ensino de Língua Portuguesa já promove de algumas maneiras o contato do aluno com as mais diversas variedades de língua, no entanto, um dos principais problemas que se encontra nos livros didáticos é a forma de tratar e trabalhar com a variação linguística. Os livros didáticos muitas vezes trabalham a variação linguística como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas, dando a entender uma falsa suposição de que os falantes urbanos e escolarizados falam a língua “correta”, a língua mais próxima do português tido como padrão, chegando a ideia de que o uso que eles fazem não vai existir variação.

Outro problema no trato da variação linguística nos livros didáticos é a questão: “isso está errado, passe para a norma culta”, propondo uma atividade de reescrita. Bagno (2007), em sua obra “Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística” irá questionar essa forma de atividade trabalhada no livro didático:

Por tudo o que dissemos acima é que somos obrigados a criticar e a desaprovar outra prática muito frequente nos livros didáticos: a de propor uma atividade de reescrita da fala do Chico Bento, do samba de Adoniran ou do poema de Patativa, pedindo que o aluno “passe para a norma culta”. Em primeiro lugar, a gente já viu que a expressão “norma culta” é ambígua e problemática. Mas o maior problema não está aí... Se o Chico Bento passar a falar “segundo a norma culta”, ele simplesmente deixa de ser o Chico Bento! A graça do personagem está precisamente no seu linguajar, na sua visão de mundo característica da cultura rural, no seu apreço pela vida do campo, entre outros aspectos. Se existe algum trabalho pedagógico interessante a ser feito com o Chico Bento, é precisamente o de valorizar as diferenças socioculturais que o personagem tenta encarnar (BAGNO, 2007, p. 123).

A escola tem que propiciar atividades para que o aluno tenha acesso e conhecimento às diversas variedades de prestígio na sociedade, sem desmerecer outras variedades apresentadas pelos alunos ou nos variados materiais utilizados, e não utilizar essas atividades que manda “passar para a norma culta”, pois acaba sendo uma prática preconceituosa, uma atitude de discriminar o outro por falar daquela maneira e não da forma que a norma padrão defende.

Sabemos que o ensino da gramática constitui um dos maiores desafios enfrentados pelos professores de Língua Portuguesa, pois nem sempre a abordagem de um determinado tema nos livros didáticos oferecidos pelas redes de ensino, apresenta um ensino contextualizado, vinculado a realidade do aluno.

Apesar do tema, variação linguística ser objeto constante de pesquisa na academia, o tratamento em sala de aula ainda é um dos principais obstáculos para o professor de Língua Portuguesa. Alguns dos componentes curriculares, de nossa educação, vêm enfatizando o preconceito linguístico, discriminando os diversos falares, como já foi colocado a fala do personagem Chico Bento, gerando dessa maneira um sentimento de incapacidade e insegurança no aluno frente ao uso de sua própria língua. O preconceito linguístico, deve ser enfrentado no ambiente escolar, com o objetivo de uma educação para com respeito à diferença.

Podemos reconhecer que esse preconceito gira em torno da abordagem inadequada do ensino da língua, sobretudo o tratamento do componente gramatical, o livro didático. Com base nos pressupostos que já discutimos, analisamos algumas propostas trabalhadas nos livros didáticos, e, ao final, brevemente iremos analisar cada proposta apresentada.

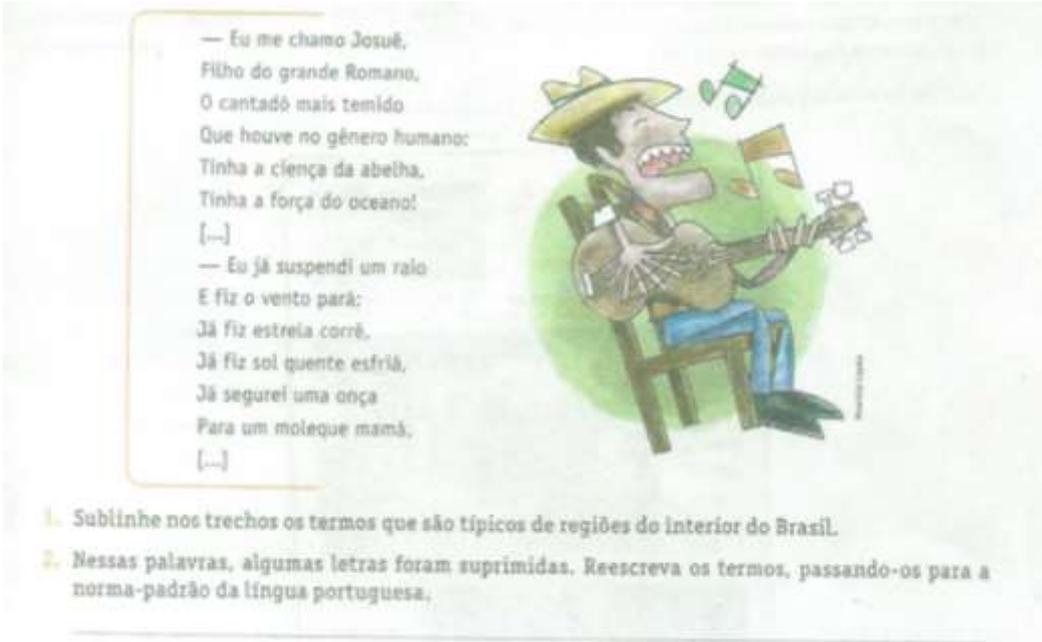
4.1 Análise e discussão: o preconceito linguístico na proposta do livro didático

Para nosso estudo, os documentos de pesquisa são livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental. A pesquisa é de natureza descritiva e qualitativa, uma vez que, descreve e analisa a forma como os livros didáticos aborda a variação linguística, ou seja, observamos como essa variação é trabalhada em sala de aula, partindo da análise de quatro propostas de atividades.

As atividades analisadas abordam o assunto variedade linguística, porém, o assunto é abordado apenas através de fragmentos de textos, com o pretexto de trabalhar a gramática, o uso do certo ou errado. Observa-se também, que antes das atividades, o livro não traz nenhuma abordagem sobre a variação linguística, os conceitos, a explicação do termo variedade linguística, dificultando dessa maneira o entender do aluno.

Uma ferramenta importante para o processo de ensino/aprendizagem, o livro não deve ser o único material didático usado em sala de aula, visto que por melhor que seja nunca consegue abordar todos os conteúdos de maneira contextualizada a cada região ou localidade de um país.

Atividade I



— Eu me chamo Josué,
Filho do grande Romano,
O cantadô mais temido
Que houve no gênero humano:
Tinha a ciência da abelha,
Tinha a força do oceano!
[...]

— Eu já suspendi um ralo
E fiz o vento pará:
Já fiz estrela corrê,
Já fiz sol quente esfriá,
Já segurei uma onça
Para um moleque mamá,
[...]

1. Sublinhe nos trechos os termos que são típicos de regiões do interior do Brasil.

2. Nessas palavras, algumas letras foram suprimidas. Reescreva os termos, passando-os para a norma-padrão da língua portuguesa.

Figura 1: Atividade I

Fonte: FTD sistema de ensino: português, matemática, ciências, história, geografia: 7º ano, módulo 1. – 1.ed. – São Paulo: FTD, 2015.

Esta atividade parte da leitura de fragmentos de um texto, percebe-se que, a partir da leitura, a linguagem utilizada é diferente da linguagem padrão, ou seja, a linguagem padrão é uma espécie de “norma” que orienta o uso social da língua. A linguagem utilizada é própria do cotidiano social, o qual essa pessoa está inserida, ignorando dessa maneira muitas regras gramaticais.

A atividade propõe que os alunos sublinhem nos trechos os termos que são típicos de regiões do interior do Brasil, e posteriormente reescrever os termos passando para a norma padrão da língua portuguesa. Assim, já percebemos o preconceito linguístico, a questão do “certo e errado”, frente à linguagem falada em determinadas regiões do país, a qual chama-se variação regional. Limitando-se ao aspecto do uso padrão da língua, não achando relevante explicar sobre a variação regional, visto que os alunos convivem diariamente com algumas variações, tanto lexicais quanto regionais.

Marcos Bagno (2007) afirma que:

Um dos principais problemas que encontramos nos livros didáticos é uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedade regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais “correto”, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação (BAGNO, 2007, p.120).

Essa proposta de atividade acaba por reforçar o preconceito linguístico, pois alimenta o mito de que certos falares de determinadas regiões são melhores do que os falares das regiões do interior do Brasil, principalmente o da região Nordeste. A atividade que manda “passar para a norma padrão” acaba sendo tão preconceituosa, pois é vista como algo que se pode e deve ser corrigido, restringe-se ao uso da gramática.

Uma proposta adequada para se trabalhar os diferentes falares de cada região, seria explicitar que existe um falar típico de cada uma das regiões do país, por isso chama-se variação regional. E trabalhar com textos e contextos, não apenas com fragmentos do texto, pois, desse modo, os professores ao limita-se ao utilizar fragmentos como forma de se trabalhar a linguagem formal, não releva o conhecimento de mundo e da prática diária da linguagem. Consequentemente, os alunos não conseguem reconhecer as variedades da língua, levando, por sua vez, a perpetuação do preconceito linguístico.

Atividade II



a) As palavras abóbora e jerimum também são exemplos de variação regional. Por que o personagem da tirinha diz que a diferença entre os doces feitos a partir desse alimento está na "pitada cultural"? Explique.

Figura 2: Atividade II

Fonte: FTD sistema de ensino: português, matemática, ciências, história, geografia: 7º ano, módulo 1. – 1.ed. – São Paulo: FTD, 2015.

Esta atividade parte da leitura de uma tirinha, onde uma palavra é falada de diferentes modos de acordo com determinada região do país. Na situação exemplificada acima podemos perceber novamente a variedade regional. De acordo com Bagno (2007):

A língua varia de um lugar para o outro; assim, podemos investigar, por exemplo, a fala característica das diferentes regiões brasileiras, dos diferentes estados, de diferentes áreas geográficas dentro de um mesmo estado etc. (BAGNO, 2007, p.43).

As variações ocorrem de acordo com a cultura de uma determinada região, a língua reflete e retrata a realidade, ela é cultural. Tomamos como exemplo a tirinha aonde determinada região pronuncia a palavra “abóbora” que é conhecida como “jerimum” em outra região, a diferença está na cultura de cada povo, no modo de falar que varia de região para região. Essas variações representam a diversidade em uma mesma língua, evidenciando a soma de conhecimento que o falante deposita ao longo de sua vida.

Uma proposta adequada para se trabalhar melhor essa atividade, seria os professores explicitar que existem inúmeros modos de se falar uma determinada palavra, dependendo também da região onde o falante está inserido, podendo também trazer vários outros exemplos para discutir melhor esse assunto.

Atividade III

1. Leia a tirinha a seguir.



Níquel Náusea, de Fernando Gonsales. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 fev. 2000.

a) O que mais chama a atenção nessa tirinha?

b) Por que no primeiro quadrinho um dos personagens fala naturalmente de uma minhoca e no último quadrinho sai correndo desesperadamente?

c) Por que a menina disse que a minhoca era um "anelídeo oligoqueta lumbricídeo"? Que tipo de variação linguística ela utilizou? Justifique sua resposta.

Figura 3: Atividade III

Fonte: FTD sistema de ensino: português, matemática, ciências, história, geografia: 7º ano, módulo 1. – 1.ed. – São Paulo: FTD, 2015.

Esta atividade parte da leitura de uma tirinha, um diálogo entre duas crianças. Nessa tirinha podemos verificar a presença da variação estilística privilegiando, neste caso, a linguagem informal do menino ao falar “minhoca” e a linguagem formal da menina ao falar que “minhoca” era uma “anelídeo oligoqueta lumbricídeo”, causando humor no último quadrinho, quando o menino sai correndo desesperadamente sem saber do que a menina estava falando.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004):

Essas crenças sobre a superioridade de uma variedade ou falar sobre os demais é um dos mitos que se arraigaram na cultura brasileira. Toda variedade regional ou falar é, antes de tudo, um instrumento identitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social. Ser nordestino, ser mineiro, ser carioca etc. é um motivo de orgulho para quem o é, e a forma de alimentar esse orgulho é usar o linguajar de sua região e praticar seus hábitos culturais. No entanto, verifica-se que alguns falares têm mais prestígio no Brasil como um todo que outros (BORTONI-RICARDO, 2004, p.33).

Como podemos perceber, a atividade usa o humor, no entanto, não houve um conhecimento prévio sobre as linguagens que podemos utilizar no nosso dia a dia, os diferentes modos de falar, impossibilitando o conhecimento do aluno sobre os tipos de linguagem seja ela formal ou informal, variando de acordo com a situação que o sujeito está inserido.

Atividade IV



6. O conteúdo dos balões representa o modo de falar dos personagens. Sobre a representação da fala nos balões, assinalem a alternativa correta.
- As expressões "pro povo" e "não tô" representam uma maneira particular de falar dos personagens da tirinha de Dona Marta.
 - As expressões "pro povo" e "não tô" estão escritas de maneira errada. Deveriam estar assim: "para o povo" e "não estou".
 - As expressões "pro povo" e "não tô" se aproximam mais da maneira como falamos, o que é uma característica dos quadrinhos, que representam, nos balões, a fala por meio da escrita.
 - Nenhuma das alternativas está correta.

Figura 4: Atividade IV

Fonte: Saberes da vida, saberes da escola: 6º ao 9º ano: língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, arte, inglês, espanhol/ editor responsável: Kátia Trovato Teixeira. -1. ed. – São Paulo: Ática, 2013.

Esta atividade é um diálogo do chefe com sua funcionária. Podemos notar a variação estilística, a linguagem informal, linguagem do dia a dia sem grandes compromissos com a norma padrão.

Percebe-se a informalidade da funcionária ao falar com seu chefe, leva em consideração também a situação comunicativa das pessoas envolvidas, o contexto em que os falantes estão e o grau de intimidade existentes entre eles.

As expressões em destaque na atividade “pro povo” e “não tô” é um meio simplificado das pessoas falar, o sujeito pode dizer a mesma coisa, de diferentes maneiras, e não está errado, pois não existe o certo e o errado na língua.

A partir do observado nas propostas de atividades, é notório que mesmo reconhecendo as diversas variações presentes em nossa língua, ainda continua por defender a existência de uma língua homogênea, pois os conteúdos ainda abordam a questão da variação linguística sem ter ligação com os demais conteúdos, percebe-se que há ênfase às regras da gramática normativa, deixando de se trabalhar aspectos importantes sobre a língua.

Assim, podemos perceber que o tratamento da variação linguística nos livros didáticos continua sendo uma tarefa um tanto problemática. Percebemos, uma vontade dos autores em combater o preconceito linguístico e de valorizar as variedades linguísticas do português brasileiro. Porém, a confusão no emprego dos termos e dos conceitos afeta o trabalho que se faz em torno dos fenômenos da variação linguística, acabam por trabalhar a proposta do “certo e errado” da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir com o que pôde ser observado, no decorrer deste estudo, a sociolinguística tem uma grande contribuição para dar aos professores de Língua Portuguesa, pois, mostra uma nova visão sobre a língua. A língua é viva e acompanha um povo ao longo dos tempos, ela muda e se reinventa juntamente com as pessoas.

A humanidade modifica e evolui com o passar dos anos, da mesma forma é a língua, ela acompanha essa evolução e varia de acordo com os diversos contatos entre pessoas pertencentes à lugares distintos. Essa variação faz parte do fenômeno formador da linguagem e nenhuma dessas variações pode ser considerada melhor ou pior que outra, elas apenas são diferentes.

O Brasil possui uma diversidade linguística e cultural muito grande, é natural que existam tantas variações linguísticas. Nossas escolas recebem alunos de perfis distintos, assim é de grande importância que as escolas entendam essa heterogeneidade dos alunos e, busquem alternativas de ensino que englobem cada aluno em sua particularidade.

Um dos preconceitos existentes em nossa sociedade é o preconceito linguístico que afeta principalmente os sujeitos pertencentes às camadas sociais menos favorecidas. Deve-se trabalhar com a diversidade linguística em sala de aula de modo a pausar a reprodução das desigualdades sociais e dos outros preconceitos que elas ocasionam, sendo o objetivo de todo educador comprometido com um ensino de qualidade e eficaz.

A reflexão sobre as questões linguísticas, infelizmente, não é uma prática frequente nas escolas, e quando acontece, geralmente, é vinculada a gramática normativa.

Um dos instrumentos poderosos nas escolas são os livros didáticos, que acabam por muitas vezes sendo os únicos instrumentos usados pelos educadores durante as suas aulas. Verifica-se que eles, em sua grande maioria, nada fazem para combater o preconceito linguístico tido na nossa sociedade.

As aulas de português não devem ter foco exclusivo na gramática normativa, devem se libertar de ações que consideram a língua como homogênea, estática. Dessa maneira, atividades que apreciem as variações linguísticas são importantíssimas para todos os alunos, no entanto, quando não são extintas dos livros didáticos, aparecem de forma bastante resumidamente.

É de extrema importância, que os livros didáticos levem os alunos a fazerem reflexões sobre a língua e não apenas atividades gramaticais baseadas em transcrever para a gramática normativa, atividades que nada contribuem para ampliação dos conhecimentos desses alunos.

Desmistificar o tão famoso “erro de português”, observar os fenômenos da variação linguística de modo mais consciente e embasado cientificamente, é garantir um ensino aprendizagem em que a norma padrão não seja a única idolatrada e a gramática normativa a principal ferramenta pedagógica de ensino trabalhada.

O educador deve criar uma nova postura crítica, incentivando seus alunos a quebrarem os mitos em torno da língua portuguesa. A valorização da criatividade do aluno sem desvalorização da gramática normativa ajudará a promover um ensino que relacione e contemple o saber do aluno e a gramática, promovendo dessa maneira um aprendizado significativo.

A escola deve está aberta à diversidade linguística e deve se empenhar com a formação plena do cidadão e contra qualquer forma de exclusão social pela linguagem.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português- encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ANTUNES, Irandé. **O território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz**. Edições Loyola, São Paulo, 1999.
- BARBOSA, J. B.; MARINE, T. C. **Em busca de um ensino sociolinguístico de língua portuguesa no Brasil**. Signum: Estudos Linguísticos, Londrina, n. 19/1, p. 185/ 215, jun. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1998.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- COAN, M.; FREITAG, R. M. K. **Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino**. Domínios de linguagem, revista eletrônica de linguística, v. 4, n. 2, p. 173- 194, 2010.
- FERRAREZI JR., Celso. **Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna**. 1. Ed.- São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- FTD sistema de ensino: português, matemática, ciências, história, geografia: 7º ano, módulo 1**. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2015.
- GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. **Variação linguística e ensino de gramática**. Working papers em Linguística, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 73- 91, 2009.
- LABOV, William. **Modelos Sociolinguísticos**. Madrid: ediciones cátedra. 1983. Tradución de José Miguel Herreras.
- MARTINS, Marco Antonio. **Ensino de português e sociolinguística**. Marco Antonio Martins, Silvia Rodrigues Vieira, Maria Alice Tavares (orgs.). São Paulo: Contexto, 2014.

O todo da língua: teoria e prática do ensino de português. Colaboradores Mariangela Rios de Oliveira...[et.al.]; organização Vânia Casseb-Galvão, Maria Helena de Moura Neves. -1. ed.—São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

Saberes da vida, saberes da escola: 6º ao 9º ano: língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, arte, inglês, espanhol/ editor responsável: Kátia Trovato Teixeira. -1. ed. – São Paulo: Ática, 2013.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. **Gramática, variação e ensino:** diagnose & propostas pedagógicas. São Paulo: Blucher, 2018.

XIMENES, Sérgio. **Dicionário da língua portuguesa.** 3.ed.rev.e ampl. São Paulo: Ediouro, 2001.